
REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A

**C.N.P.J./M.F. nº. 67.915.785/0001-01
NIRE nº 35300170610**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2003**

DATA E HORA: 24 de novembro de 2003, às 10:30 horas.

LOCAL: Sede Social da companhia, na Avenida Cidade Jardim, n.º 400 – 14º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo.

PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do Capital Social da companhia.

MESA DIRETORA: Cláudio André Halaban, Presidente; Mariana Sabina Postel Giolo, Secretária.

CONVOCAÇÃO: Feita com a dispensa da publicação de editais, conforme faculta o artigo 124, parágrafo 4º da Lei n.º 6.404/76.

ORDEM DO DIA: I) Deliberar sobre as seguintes condições da emissão pública de debêntures da Companhia ("Debêntures"), aprovada pelos acionistas reunidos em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 04.09.2003, mantendo as demais condições inalteradas: (A) exclusão da possibilidade de utilização de créditos para subscrever as debêntures emitidas conforme aprovado na referida AGE; (B) aprovação do procedimento a ser adotado na distribuição pública das debêntures; e (C) aprovação de ágio mínimo na subscrição das debêntures. II) Deliberar sobre a fixação da remuneração dos administradores da Companhia. III) Deliberar sobre a alteração do parágrafo 2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, a fim de adequar sua redação ao disposto no artigo 287, inciso II, alínea "a" da Lei nº 6.404/76. IV) Ajustar a numeração dos artigos 19 e seguintes e aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia.



DELIBERAÇÕES: Os acionistas da Companhia deliberam e aprovaram, por unanimidade:

I) Alterar as seguintes condições da emissão pública de debêntures da Companhia aprovada na AGE da Companhia realizada em 04.09.2003:

I. (A) excluir a possibilidade de utilização de créditos para subscrever as debêntures de emissão da Companhia, conforme havia sido aprovado na AGE realizada em 04.09.2003, devendo as Debêntures ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo valor nominal unitário aprovado na AGE de 04.09.2003, acrescido de prêmio por Debênture no valor a ser calculado em processo de *bookbuilding*, conduzido a partir de um referencial de mercado definido pela Companhia e pela instituição distribuidora, Santos Corretora de Câmbio e Valores S.A. (o "Coordenador").

I. (B) definir que as Debêntures serão colocadas junto ao público por meio de procedimento diferenciado de distribuição pública referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, não sendo utilizada a sistemática de reservas antecipadas, nem a fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição coordenadora da emissão que manifestarem interesse em efetuar investimentos nas Debêntures.

I. (C) por unanimidade e sem restrições, fixar como valor mínimo para o ágio na subscrição das Debêntures o montante de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por Debênture emitida, valor este que foi obtido considerando-se que: (i) conforme resultado preliminar de avaliação do mercado realizada pelo Coordenador, foi verificado um volume não expressivo de manifestações de compra por parte de potenciais investidores das Debêntures; e (ii) o Coordenador realizou uma projeção do lucro médio mínimo mensal da Companhia até a data de vencimento das Debêntures, aplicando o método de "lucros futuros descontados", projeção essa que resultou no montante de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) por mês, lucro esse a ser distribuído aos debenturistas por conta de sua participação nos lucros da Companhia, e por essa razão, os acionistas definiram o ágio mínimo para a subscrição



das Debêntures no montante de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por Debênture emitida.

II) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia no montante de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), ficando o Conselho de Administração encarregado de deliberar sobre a distribuição dessa remuneração aos seus membros e aos membros da Diretoria da Companhia.

III) Alterar a redação do parágrafo 2º do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, a fim de adequar sua redação ao disposto no artigo 287, inciso II, alínea "a" da Lei nº 6.404/76, passando o mesmo a ter a seguinte nova redação:

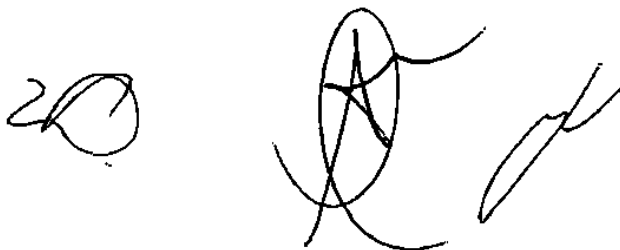
"Artigo 28 - (...) Parágrafo 2º:- Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos contados a partir da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão a favor da Companhia".

IV) Os acionistas aprovaram, ainda, o ajuste na numeração dos artigos 19 e seguintes do referido Estatuto e, a fim de refletir as deliberações ora tomadas, os acionistas aprovaram a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar, na íntegra, com a seguinte redação:

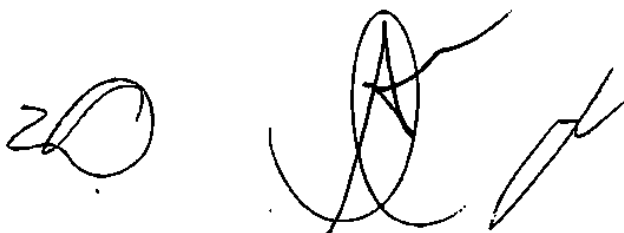
"REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A

ESTATUTOS SOCIAIS

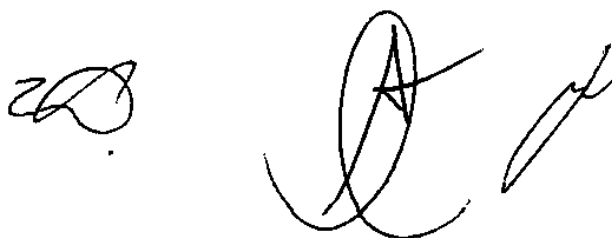
CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETIVO – Artigo 1º:-Sob a denominação de ***REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A*** fica constituída uma sociedade por ações, de conformidade com a Lei nº 6.404 de 15.12.76, que se regerá pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. ***Artigo 2º:-***A



Companhia tem sede à Av. Cidade Jardim, 400, 14º andar, nesta Capital do Estado de São Paulo, onde também fica situado seu foro. **Artigo 3º**- A Companhia poderá abrir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações, quando e onde lhe convier, no país ou fora dele. **Artigo 4º**- O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 5º**- O objetivo da Companhia é a aquisição de direitos de Pessoas Jurídicas, resultantes de vendas de seus ativos ou de prestação de serviços, podendo, para tanto, efetuar contratos com a cláusula "Del Credere" e/ou operações denominadas "Factoring" ou de "Fomento Comercial", inclusive nos negócios internacionais de importação e exportação, podendo também, ceder referidos direitos a terceiros, bem como prestar serviços de acompanhamento comercial e de contas a receber, levantar situações creditícias, efetuar cobranças de títulos, prestar assessoria administrativa e financeira, e bem assim, exercer qualquer outra atividade correlata ligada às principais, exceto àquelas que dependam de autorizações previstas pelo Banco Central do Brasil. **Parágrafo Único**: A Companhia poderá participar como quotista ou acionista de outras sociedades bem como, associar-se ou consorciar-se com terceiros, para execução de qualquer dos seus objetivos societários, no todo ou em parte. **CAPÍTULO II – DO CAPITAL – Artigo 6º**- O capital da Companhia é de R\$ 14.000.000,00 (Quatorze milhões de reais), totalmente integralizado, dividido em 14.000.000 (quatorze milhões) de ações ordinárias, nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **Parágrafo 1º**: A Companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações e provisoriamente cautelas que as representem, observado o disposto nos Artigos 24 e 25 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 7º**- As ações, os títulos múltiplos ou as cautelas que os representem serão assinados por 02 (dois) diretores. **Artigo 8º**- Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais. **CAPÍTULO III – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Artigo 9º** - O Conselho de Administração será composto por 03 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, sendo que um dos eleitos será, pela mesma Assembléia Geral, designado Presidente do Conselho de Administração. **Parágrafo Único**: O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 10** - Competirá ao Presidente do Conselho de Administração: (i) representar o Conselho de Administração perante terceiros; (ii) convocar as Assembléias Gerais, ressalvadas iguais atribuições ao Diretor Presidente; (iii) usar do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações do Conselho de Administração; e (iv) designar o seu substituto, nos casos de impedimentos ou



faltas. **Artigo 11** - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocada Assembléia Geral Extraordinária para eleger o membro que preencherá a vaga. **Artigo 12** - O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de seu Presidente, com 03 (três) dias de antecedência, dispensando-se este prazo quando da reunião participarem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo Único:** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros. **Artigo 13** - Compete ao Conselho de Administração: (i) fixar a orientação geral das estratégias e operações da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores, fixar-lhes as atribuições, bem como fiscalizar a gestão dos Diretores; (iii) examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos já celebrados ou em vias de serem celebrados e quaisquer outros atos; (iv) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (vi) escolher e destituir os auditores independentes; (vii) autorizar a Diretoria a estabelecer ou encerrar filiais ou escritórios no Brasil e/ou no exterior; (viii) deliberar sobre a distribuição da remuneração atribuída pela Assembléia Geral a seus membros e aos membros da Diretoria; (ix) autorizar a Diretoria a adquirir, alienar, onerar ou gravar bens sociais imóveis; (x) deliberar sobre demais assuntos de interesse da Companhia. **CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA - Artigo 14** - A Diretoria será composta por um mínimo de 02 e um máximo de 05 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição, assim designados: Diretor Presidente, Diretor Superintendente e os demais Diretores sem designação específica. **Parágrafo Primeiro** - Os Diretores são empossados mediante termo lavrado no Livro de "Atas de Reuniões da Diretoria" e conservam-se em exercício, observadas as limitações legais, até a posse de seus sucessores. **Parágrafo Segundo** - No caso de vacância ou ausência de algum membro da Diretoria, o substituto será designado pelo Conselho de Administração, em reunião especificamente convocada para tal finalidade. **Artigo 15** - A Diretoria tem os poderes e atribuições necessárias a assegurar o funcionamento regular da Companhia, podendo deliberar a prática de todos e quaisquer atos de gestão e administração tendentes à realização dos fins sociais, respeitadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração, inclusive e especialmente: (i) organizar e executar os planos gerais de desenvolvimento e de orientação administrativa dos negócios, elaborados pelo Conselho de



Administração;(ii) apresentar ao Conselho de Administração e à Assembléia Geral Ordinária o Balanço Geral, a Conta de Lucros Perdas e o Relatório de cada exercício, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado;(iii) adquirir, alienar, onerar ou gravar bens sociais imóveis, mediante prévia autorização do Conselho de Administração; e (iv) observar e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Administração. **Artigo 16** - Compete ao Diretor Presidente a supervisão geral da Companhia, ao Diretor Superintendente o gerenciamento total da Companhia para que esta possa atingir seus objetivos, e aos Diretores sem designação, o desenvolvimento das atividades administrativas, técnicas e operacionais, conforme definir a Reunião de Diretores. **Artigo 17** - A Companhia se obrigará perante terceiros e também será representada com a assinatura individual do Diretor Presidente ou do Diretor Superintendente; do Diretor sem designação específica em conjunto com o Diretor Presidente ou com o Diretor Superintendente; de qualquer dos Diretores e um procurador, de dois procuradores em conjunto ou de um procurador especialmente designado com poderes individuais. **Artigo 18**- Serão nulos e sem qualquer valor comercial ou jurídico as fianças, avais, endossos, emissão de títulos, cheques, ou qualquer outro documento de valor em nome da Companhia em negócios que lhe sejam alheios. **Parágrafo Único** - O disposto no presente artigo não se aplica quando as garantias de fianças, avais, endossos, emissão de títulos, cheques, duplicatas, garantia real, ou qualquer outro documento de valor em nome da Companhia forem prestadas em favor das empresas coligadas, controladora, controladas ou interligadas a Companhia. **Artigo 19** - A diretoria reunir-se-á tantas vezes quantas forem necessárias ou convenientes, por convocação do Diretor Presidente ou do Diretor Superintendente. Para que possa se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença de no mínimo 02 (dois) Diretores. **Parágrafo 1º**- A convocação far-se-á mediante aviso escrito com antecedência de 05 (cinco) dias, dispensando-se esse prazo quando a Diretoria se reunir com a presença da totalidade de seus membros. **Parágrafo 2º**- As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos presentes e serão registradas em ata no livro próprio. **Parágrafo 3º** - As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente e secretariadas pelo Diretor Superintendente. **Artigo 20** - A Diretoria, pelo Diretor Presidente ou Diretor Superintendente, poderá nomear procurador da Companhia para representá-la, ativa e passivamente, com mandato de duração determinado, com exceção daquelas para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. **CAPÍTULO V – DO CONSELHO FISCAL – Artigo 21**



- O conselho fiscal da Companhia será composto de 03 (três) membros efetivos e outros tantos suplentes, acionistas, ou não, de funcionamento não permanente e será instalado nos casos previstos em lei. **Artigo 22** - Os membros do conselho fiscal no exercício de suas funções legais, quando instalado, receberão os honorários estipulados na Assembléia Geral.

CAPÍTULO VI – DA ASSEMBLÉIA GERAL – Artigo 23 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social, para discutir e deliberar sobre o relatório da Diretoria e Demonstrações Financeiras relativas do exercício findo, e quando for o caso, eleger os membros do Conselho de Administração e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem. **Artigo 24** - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente, ou, ainda, por qualquer acionista, caso não sejam cumpridos os prazos legais, por editais de convocação, que conterão obrigatoriamente a ordem do dia, a hora, dia e local da reunião e presidida pelo Diretor Presidente. **Artigo 25** - As Assembléias Gerais somente poderão se realizar e, conseqüentemente, deliberar, se tiverem, no mínimo, a presença de acionistas possuidores de ações que representem a maioria simples do capital social, com exceção dos casos estabelecidos em lei que exijam "quorum" maior. **Parágrafo 1º**- As deliberações tomadas nas Assembléias dos Acionistas serão lavradas em Ata, no livro próprio.

CAPÍTULO VII – O EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DISTRIBUIÇÃO – Artigo 26 - O exercício social terá início em 01 de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado o Balanço Patrimonial da Companhia e preparadas as demais demonstrações financeiras necessárias. **Artigo 27** - Os lucros líquidos apurados no Balanço Patrimonial, levantado no término do exercício social, após feitas as amortizações necessárias, serão assim distribuídos: 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; 25% (vinte e cinco por cento) como dividendo mínimo obrigatório, que serão pagos aos acionistas conforme determinar a Assembléia Geral. **Parágrafo 1º**:- Desde que não ocorra oposição de qualquer acionista presente, poderá a Assembléia Geral deliberar a distribuição de dividendo inferiores aos fixados neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro. **Parágrafo 2º**:- Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos contados a partir da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão a favor da Companhia.

CAPÍTULO VIII – DA LIQUIDAÇÃO – Artigo 28 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por determinação da Assembléia Geral. **Artigo 29** - A



*Assembléia Geral que decidir a liquidação da Companhia determinará a sua forma, elegendo os liquidantes e o conselho fiscal que funcionará nesta fase, fixando os respectivos honorários. **Artigo 30** - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com a Lei 6404/76 e demais leis em vigor."*

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia, lavrada, lida e assinada, certifico que esta é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. São Paulo, 24 de novembro de 2003. (ass.) **MESA:** Presidente: Sr. Cláudio André Halaban; e Secretária: Sra. Mariana Sabina Postel Giolo. **ACIONISTAS:** Cláudio André Halaban; Mariana Sabina Postel Giolo; Jargous Empreendimentos e Participações Ltda. – p.p. Ruben Halaban, Ruben Halaban e Roberto Miguel Postel.



CLÁUDIO ANDRÉ HALABAN
Presidente



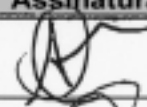
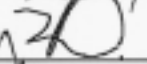

MARIANA SABINA POSTEL GIOLO
Secretária



REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S/A
CNPJ/MF nº 67.915.785/0001-01

LISTA DE PRESENÇA DE ACIONISTAS

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
EM 24 de NOVEMBRO de 2003

| Acionistas | Nº de ações | Nº de votos | Assinatura |
|---|--|-------------------|---|
| Cláudio André Halaban | 1.684.639 | 1.684.639 |  |
| Mariana Sabina Postel Giolo | 1.684.639 | 1.684.639 |  |
| Jargous do Brasil Participações e Empreendimentos Ltda. | 10.630.716 | 10.630.716 |  |
| Ruben Halaban | 3 | 3 | |
| Roberto Miguel Postel | 3 | 3 | |
| TOTAL | 14.000.000 100% das ações da companhia | 14.000.000 | |

São Paulo, 24 de novembro de 2003.


CLÁUDIO ANDRÉ HALABAN
Presidente


MARIANA SABINA POSTEL GIOLO
Secretária